

Projetos

4. Proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para desafetação de área em Reserva Ecológica Nacional pelo Hospital Privado de Braga, S.A.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal da atividade desenvolvida pelo Hospital Privado de Braga, S.A., para efeitos de desafetação de 11 916,50m² de área integrada em Reserva Ecológica Nacional, no âmbito da operação urbanística de ampliação e conforme os termos do artigo n.º21, do Decreto-lei n.º166/2008 de 22 de agosto conjugado com o disposto no artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 98408

Data: 03/10/2024

Assunto: Reconhecimento de Interesse Público Municipal para desafetação de área em Reserva Ecológica Nacional

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal:	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despacho
O Presidente
O(a) Vice-Presidente , à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

PROPOSTA: Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal da atividade desenvolvida pelo Hospital Privado de Braga, S.A., para efeitos de desafetação de 11 916,50m² de área integrada em Reserva Ecológica Nacional, no âmbito da operação urbanística de ampliação e conforme os termos do artigo n.º21, do Decreto-lei n.º166/2008 de 22 de agosto conjugado com o disposto no artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

O Presidente da Câmara Municipal / O (a) Vereador (a)

Anexos:

1. Informação técnica/ fundamentação da proposta I/98407/2024 (Processo MGD 2024/900.20.604/2336)



Nº Informação: 98407

Data: 03/10/2024

Processo: 2024/900.20.604/2336

Assunto: Reconhecimento de Interesse Público Municipal para efeitos de desafetação da Reserva Ecológica Nacional

1. Identificação da pretensão:

1.1. A empresa Diâmetros & Contornos, S.A. com o NIPC 514 757 930 com sede na Rua do Outeiro, n.º 31, Bougado (São Martinho e Santiago), Trofa vem requerer o Reconhecimento de Interesse Público para a atividade a desenvolver pelo Hospital Privado de Braga, S.A. com sede social no Lugar da Igreja, 4715-196 Braga;

1.1.1. A pretensão consiste no pedido de Reconhecimento de Interesse Público da atividade desenvolvida pela empresa Hospital Privado de Braga, S.A. com vista à instrução de processo de desafetação de uma área de 11 916.50m² ao abrigo do artigo n.º 21 do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto (Reserva Ecológica Nacional).

1.1.2. O terreno sobre o qual se pretende a instalação da atividade está inscrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 855/19951204 com a descrição de lote C, sito na Rua do Parque Comercial, Parque de Armazéns de Nogueira.

2. Instrumentos de gestão em que se insere:

2.1. A pretensão está abrangida pelo Regulamento do Plano Diretor de Braga (Aviso n.º 11741 de 14 de outubro de 2015):

2.1.1. Planta de ordenamento:

- Classificação e Qualificação do solo:

- parcialmente em: UI1 – solo urbanizado – Espaço de uso especial – equipamentos*

- parcialmente em: FPT – Espaços Florestais de Proteção**

- parcialmente em: AE3 – solo urbanizável – Espaços de atividades económicas – Comercial de Média ou Pequena Dimensão

- Estrutura Ecológica Municipal: Sem classificação

- Hierarquia Administrativa da Rede Viária: Estradas e caminhos Municipais (a poente) | via de acesso local (a nascente)

- Hierarquia Funcional da Rede Viária: Via distribuidora local (a poente) | via de acesso local (a nascente)

- Rede Ciclável: sem classificação

- Sistema Patrimonial: não classificada

- Sensibilidade ao Ruído: Fonte Produtora de Ruído

2.1.2. Planta de Condicionantes:

- Condicionantes Gerais: Recursos Hídricos: leito e margem das águas fluviais

- Reserva Agrícola Nacional: sem condicionantes

- Reserva Ecológica Nacional:

- parcialmente: sem condicionantes*

- parcialmente em: Reserva Ecológica Nacional**

- Risco de incêndio: sem condicionantes

*a operação urbanística – ampliação de estrutura hospitalar insere-se nesta área

** a operação urbanística – parque de estacionamento insere-se nesta área

3. Fundamentação de reconhecimento de Interesse Público Estratégico:

3.1. Informação relativa à empresa promotora:

3.1.1. A empresa Hospital Privado de Braga, S.A.com a certidão comercial permanente n.º 7656 -2528 - 8152, o número fiscal 506986225, com sede social no Lugar da Igreja, s/n, freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, 4715-196 Braga;

3.1.2. Os códigos de atividade económica de que a empresa é detentora são:

3.1.2.1. Principal:

86 100 – Atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento

3.1.2.2. Secundários:

52 213 – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres;

56 103 – Restaurantes sem serviço de mesa;

56 302 – Bares;

66 190 – Outras atividades auxiliares de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões;

3.2. Situação fiscal perante a Autoridade Tributária e Aduaneira:

3.2.1. Apresenta Certidão de não dívida às Finanças;

3.3. Situação fiscal perante a Segurança Social:

3.3.1. Apresenta Certidão de não dívida á segurança Social;

3.4. Postos de trabalhos existentes: 221; **Postos de trabalho a criar:** 50

3.5. Parâmetros urbanísticos a levar a efeito:

3.5.1. No âmbito da operação urbanística de ampliação da unidade hospitalar a requerente pretende alargar o seu parque de estacionamento automóvel à superfície.

Atendendo a que a área onde o mesmo é proposto se localiza em margem de linha de água, Recursos Hídricos: leito e na margem das águas fluviais, Reserva Ecológica Nacional a requerente pretende intentar a desafetação desta área junto da entidade de tutela.

A proposta de operação urbanística mantém a permeabilidade do solo uma vez que se pretende que as áreas afetas a lugares de estacionamento sejam feitas em grelhas de enrelvamento e as vias em betuminoso tipo “Terraway”;

3.6. Procedimento para o qual se torna necessário o Reconhecimento de Interesse Público Municipal:

3.6.1. A requerente pretende intentar ao reconhecimento da atividade da empresa supra mencionada como de relevante interesse público com vista à execução desta operação urbanística de acordo com o exposto no artigo 21º do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto uma vez que a mesma constitui uma melhor funcionalidade da atividade a desenvolver sem prejuízo da integração urbana e paisagística da pretensão;

3.6.2. O pedido solicitado não tem enquadramento em qualquer regulamento municipal, todavia, tal não pode ser impedimento do Reconhecimento do Interesse Público.

4. Proposta de decisão:

4.1. Analisados os documentos apresentados, constata-se que, se encontram reunidas as condições para ser concedido o Reconhecimento de Interesse Público Municipal.

4.2. O pedido deverá ser remetido à Câmara Municipal e consequente envio para deliberação da Assembleia Municipal de acordo com o disposto na alínea j), do número 2, do artigo 25º da Lei n.º 75 de 12 de setembro.